

**A CLÁUSULA CESSACIONISTA DA CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER  
(CFW 1.1): INTENÇÃO TEOLÓGICA, CONTEXTO HISTÓRICO E  
IMPLICAÇÕES PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE REVELAÇÃO**

**THE CESSATIONIST CLAUSE OF THE WESTMINSTER CONFESSION OF  
FAITH (WCF 1.1): THEOLOGICAL INTENTION, HISTORICAL CONTEXT, AND  
IMPLICATIONS FOR THE CONTEMPORARY DEBATE ON REVELATION**

**LA CLÁUSULA CESACIONISTA DE LA CONFESIÓN DE FE DE WESTMINSTER  
(WCF 1.1): INTENCIÓN TEOLÓGICA, CONTEXTO HISTÓRICO E  
IMPLICACIONES PARA EL DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE LA  
REVELACIÓN**



10.56238/sevened2026.015-043

**Jefferson de Souza Ferreira**

Mestrando em Teologia e Filosofia da Religião

Instituição: Christian Education University (UNICHRISTIAN), Instituto Tecnológico Bits

E-mail: Jffmone@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0993-5991>

---

**RESUMO**

Este artigo propõe uma análise crítico-teológica da cláusula cessacionista presente na Confissão de Fé de Westminster (CFW 1.1), com o objetivo de investigar sua intenção original, seu contexto histórico e suas implicações para o debate contemporâneo sobre revelação. A pesquisa adota uma abordagem histórico-teológica e exegética, examinando a distinção puritana entre revelação imediata e mediata, bem como a função dos dons espirituais no período apostólico. Argumenta-se que a cláusula não deve ser interpretada como uma negação absoluta de toda forma de comunicação divina, mas como uma delimitação da revelação normativa dotada de autoridade canônica. À luz dessa interpretação, o artigo analisa criticamente as posições contemporâneas - cessacionismo clássico e continuísmo reformado -, evidenciando suas contribuições e tensões internas. Conclui-se que a tradição reformada sustenta um cessacionismo qualificado, que preserva simultaneamente a suficiência das Escrituras e a continuidade da atuação do Espírito Santo na vida da Igreja.

**Palavras-chave:** Cessacionismo. Revelação. Westminster. Dons Espirituais. Teologia Reformada.

**ABSTRACT**

This article presents a critical-theological analysis of the cessationist clause found in the Westminster Confession of Faith (WCF 1.1), aiming to examine its original intention, historical context, and implications for the contemporary debate on revelation. The study adopts a historical-theological and exegetical approach, exploring the Puritan distinction between immediate and mediate revelation, as well as the role of spiritual gifts in the apostolic era. It argues that the clause should not be interpreted as an absolute denial of divine communication, but rather as a delimitation of normative revelation carrying canonical authority. In light of this framework, the article critically evaluates contemporary positions - classical cessationism and Reformed continuationism - highlighting their contributions and

internal tensions. It concludes that the Reformed tradition supports a qualified cessationism that upholds both the sufficiency of Scripture and the ongoing work of the Holy Spirit.

**Keywords:** Cessationism. Revelation. Westminster Confession. Spiritual Gifts. Reformed Theology.

## **RESUMEN**

Este artículo propone un análisis crítico-teológico de la cláusula cesacionista presente en la Confesión de Fe de Westminster (CFT 1.1), con el objetivo de investigar su intención original, su contexto histórico y sus implicaciones para el debate contemporáneo sobre la revelación. La investigación adopta un enfoque histórico-teológico y exegético, examinando la distinción puritana entre revelación inmediata y mediata, así como la función de los dones espirituales en el período apostólico. Argumenta que la cláusula no debe interpretarse como una negación absoluta de toda forma de comunicación divina, sino como una delimitación de la revelación normativa investida de autoridad canónica. A la luz de esta interpretación, el artículo analiza críticamente las posturas contemporáneas —el cesacionismo clásico y el continuacionismo reformado—, destacando sus contribuciones y tensiones internas. Concluye que la tradición reformada sostiene un cesacionismo matizado, que preserva simultáneamente la suficiencia de la Escritura y la continuidad de la obra del Espíritu Santo en la vida de la Iglesia.

**Palabras clave:** Cesacionismo. Revelación. Westminster. Dones Espirituales. Teología Reformada.

## 1 INTRODUÇÃO

A doutrina da revelação ocupa posição central na teologia cristã, especialmente no desenvolvimento do pensamento reformado. A forma como Deus se comunica com a humanidade fundamenta a autoridade da fé e define os meios pelos quais o conhecimento do divino se torna possível.

Nesse contexto, a Confissão de Fé de Westminster (1647) destaca-se como uma das formulações mais sistemáticas e influentes da teologia reformada, particularmente no que se refere à suficiência das Escrituras.

O primeiro capítulo da Confissão estabelece os fundamentos da revelação divina e inclui uma cláusula amplamente debatida: a afirmação de que "aqueles modos anteriores de Deus revelar a sua vontade ao seu povo" cessaram (CFW 1.1). Diversos intérpretes compreendem essa formulação como expressão do cessacionismo, isto é, a tese de que os dons revelacionais extraordinários cessaram com o término da era apostólica.

Contudo, essa interpretação não é consensual. O debate contemporâneo levanta a seguinte questão: a Confissão de Westminster nega toda forma de revelação pós-apostólica ou apenas rejeita aquela que reivindica autoridade normativa equivalente à Escritura?

A Confissão de Fé de Westminster não busca anular toda e qualquer forma de comunicação divina; sua intenção é refutar a noção de que revelações imediatas possam possuir a mesma autoridade que a Escritura Sagrada. Conforme pontuado por Milne, "the Westminster Confession does not deny all forms of divine communication after the apostolic age, but specifically rejects immediate revelation carrying normative authority" (MILNE, 2007, p. 318).

O foco deste trabalho acadêmico é propor uma análise crítica aprofundada da cláusula cessacionista presente na Confissão de Fé de Westminster (CFW 1.1). A análise abrange o contexto histórico-teológico que a originou, sua formulação confessional e as implicações práticas que ela traz para o debate contemporâneo entre as visões cessacionista e continuísta.

Objetivos Específicos da Pesquisa Para ter uma análise crítica objetiva, a pesquisa se desdobrará em várias frentes específicas: Contextualização: Examinar o ambiente e as discussões da Assembleia de Westminster.

Doutrina da Revelação: Analisar como a doutrina da revelação é tratada dentro da Confissão. Distinção Crucial: Investigar a diferença fundamental feita pelos puritanos entre a revelação imediata e a mediata. Dons Revelacionais: Avaliar a posição que os puritanos adotavam em relação aos dons de revelação. Comparativo: Realizar um estudo comparativo entre teólogos reformados proeminentes do período. Aplicação Prática: Aplicar as conclusões obtidas ao debate teológico atual. A metodologia utilizada será bibliográfica e histórico-teológica, combinando análise confessional, exegética e crítica sistemática. Serão considerados textos bíblicos fundamentais como Hebreus 1.1-2, Efésios 1.17-18 e

Joel 2.28-32 (Atos 2.17), além da interação com autores clássicos e contemporâneos. Este estudo se justifica pela relevância crescente do debate sobre dons espirituais na igreja contemporânea, especialmente no diálogo entre tradições reformadas e pentecostais. Compreender corretamente a intenção original da Confissão de Westminster é essencial para evitar leituras anacrônicas ou reducionistas.

## **2 A ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER E SEU CONTEXTO HISTÓRICO-TEOLÓGICO**

### **2.1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO: INGLATERRA E ESCÓCIA NO SÉCULO XVII**

A Assembleia de Westminster, realizada entre 1643 e 1653, ocorreu em um contexto de intensas transformações políticas, religiosas e sociais na Inglaterra e na Escócia. Entre os teólogos de maior destaque envolvidos nesse processo, destacam-se Samuel Rutherford e George Gillespie, cujas contribuições foram decisivas para a formulação da teologia confessional reformada.

O século XVII foi marcado por conflitos significativos entre a monarquia e o Parlamento, culminando na Guerra Civil Inglesa (1642-1651). Esse cenário exerceu influência direta no desenvolvimento da teologia reformada no contexto britânico. A convocação da Assembleia foi uma iniciativa do Parlamento inglês, com o objetivo claro de reformar a Igreja da Inglaterra. A ideia era afastar a igreja de práticas que ainda eram vistas como resquícios do catolicismo romano. Nesse cenário, a teologia reformada, especialmente a vertente puritana, ganhou muita força, apresentando-se como uma alternativa sólida à estrutura episcopal anglicana vigente.

Os puritanos defendiam uma igreja que estivesse mais alinhada e fiel às Escrituras Sagradas, rejeitando qualquer tradição que não tivesse fundamento bíblico. Essa posição incluía uma forte ênfase na autoridade suprema da Palavra de Deus e a rejeição categórica de qualquer outra forma de revelação que pudesse, de alguma forma, competir ou se igualar a ela. Além disso, a influência da Escócia foi crucial. O país, que tinha uma forte identidade presbiteriana, pressionava intensamente para que houvesse uma uniformidade religiosa entre os dois reinos. O "Solemn League and Covenant (1643) foi um acordo que selou essa aliança e influenciou diretamente os trabalhos da Assembleia.

### **2.2 HERANÇA PATRÍSTICA E REFORMADA**

A teologia desenvolvida pela Assembleia de Westminster não surgiu do nada; ela foi profundamente influenciada por tradições cristãs anteriores, com destaque para a patrística e a Reforma Protestante. Os primeiros Pais da Igreja já haviam estabelecido a revelação apostólica como o alicerce central da fé cristã. Agostinho, por exemplo, defendia a autoridade suprema das Escrituras como a regra final da fé, embora também reconhecesse que Deus continua agindo na vida dos crentes. Durante a Reforma, essa ênfase na Escritura ganhou ainda mais força. Pensadores como Lutero e Calvino foram defensores do princípio da sola Scriptura, que afirma que somente a Bíblia possui a autoridade

normativa final. Calvino, em particular, era contra quaisquer reivindicações de revelações diretas que não estivessem de acordo com a Palavra escrita. Como Calvino escreveu: "O Espírito Santo não foi dado para inventar novas doutrinas, mas para selar em nossos corações a verdade do evangelho" (CALVINO, Institutas, 1.9.1). Essa visão teve um grande impacto sobre os puritanos, que olhavam com desconfiança para qualquer alegação de revelação imediata, especialmente em uma época em que grupos mais radicais, como os quakers e outros entusiastas, afirmavam ter experiências espirituais diretas.

### 2.3 O DESAFIO DOS "ENTUSIASTAS" E REVELAÇÕES PRIVADAS

Um dos pontos-chave para entender por que a Confissão de Fé defende que as revelações divinas diretas ("cessacionismo") pararam é a oposição aos "entusiastas". Eram grupos que acreditavam em sonhos, visões e profecias contínuas como formas válidas de Deus guiar as pessoas.

Os puritanos consideravam essa ideia arriscada, pois achavam que isso enfraqueceria a autoridade da Bíblia. Se aceitássemos novas revelações como regras de fé, a ideia de que a Bíblia sozinha é suficiente para nos guiar seria questionada. Por isso, a declaração na CFW 1.1 não é apenas uma teoria abstrata; ela foi uma resposta direta e prática aos problemas daquela época. Milne ressalta que: "The divines were not merely making a theological statement about revelation but responding to real claims of ongoing inspiration that threatened the authority of Scripture" (MILNE, 2007, p. 318-320). Assim, a cláusula cessacionista deve ser interpretada à luz desse conflito: ela visa proteger a autoridade normativa da Escritura contra reivindicações concorrentes de revelação divina. Reafirmando que a Confissão de Westminster não nega a comunicação divina em si, mas rejeita qualquer forma de revelação que possua autoridade normativa (MILNE, 2007).

### 2.4 UNIDADE TEOLÓGICA E DIVERSIDADE INTERNA

A Assembleia de Westminster, embora pudesse parecer uniforme à primeira vista, estava longe de ser um bloco monolítico. Existiam, na verdade, diferenças notáveis entre os teólogos ingleses e escoceses, bem como entre os grupos presbiterianos e independentes. Figuras como Samuel Rutherford e George Gillespie, por exemplo, tinham um forte compromisso com a ortodoxia reformada e a crença na suficiência das Escrituras. No entanto, o entendimento deles sobre como o Espírito Santo atuava apresentava algumas nuances. Essa diversidade interna é um ponto importante, pois nos mostra que a cláusula cessacionista não deve ser interpretada de maneira simplista. Em vez disso, ela reflete um consenso sobre a autoridade suprema da Escritura, mas não necessariamente uma negação absoluta de todas as formas de experiência espiritual.

### 3 A DOCTRINA DA REVELAÇÃO ESPECIAL NA CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

#### 3.1 A NECESSIDADE DA REVELAÇÃO ESPECIAL

A Confissão afirma que a revelação natural, embora suficiente para tornar Deus conhecido em seus atributos, não é suficiente para conduzir ao conhecimento salvífico. Tal formulação evidencia a necessidade da revelação especial como meio indispensável para a salvação.

#### 3.2 A SUFICIÊNCIA DAS ESCRITURAS

A Confissão prossegue afirmando que Deus, em sua sabedoria, decidiu registrar essa revelação de forma escrita, garantindo sua preservação e autoridade: “Aproouve ao Senhor, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar a sua vontade à sua Igreja; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade [...] fazer com que ela fosse toda escrita” (CFW 1.1). Isso nos leva a uma das ideias principais da teologia reformada: a suficiência das Escrituras. A Bíblia não é apenas inspirada (2 Timóteo 3.16), mas é o suficiente como nosso guia de fé e como devemos viver. Isso implica que: Não precisamos de nenhuma nova revelação que sirva de regra, tudo o que acreditamos (toda doutrina) deve ser testado pela própria Escritura, a Bíblia tem a palavra final em tudo. Essa ideia é reforçada no capítulo 1.6 da Confissão, que diz que "Todo o conselho de Deus [...] está expressamente declarado na Escritura, ou pode ser logicamente deduzido dela". Essa formulação tem um impacto direto no debate sobre revelações nos dias de hoje. Se a Escritura já é suficiente, qualquer suposta revelação extra não pode ter a mesma autoridade de uma regra. Milne argumenta que esse ponto é fundamental para entender a cláusula que fala sobre o fim de certas revelações (cessacionista), Como a Bíblia já é completa, não há necessidade de outras revelações para guiar nossa fé: “The sufficiency of Scripture necessarily excludes any further revelation that would function as a rule of faith” (MILNE, 2007, p. 318-320) Ou seja, a Confissão não está negando que Deus possa se comunicar de alguma forma, mas está rejeitando qualquer comunicação que tente ter autoridade igual à da doutrina bíblica.

#### 3.3 ANÁLISE TEXTUAL DA CLÁUSULA CESSACIONISTA (CFW 1.1) TEM UM PONTO MUITO DISCUTIDO

"Cessaram aqueles antigos modos de Deus revelar a sua vontade ao seu povo". No original em inglês, "those former ways of God's revealing his will unto his people being now ceased". Para entender isso melhor, precisamos olhar para duas perguntas-chave. O que são "aqueles antigos modos"? Historicamente, isso inclui coisas como Deus falando diretamente (voz audível), sonhos e visões proféticas, profetas com autoridade para criar regras e a inspiração dos apóstolos. A Bíblia mostra claramente que esses métodos foram usados tanto no Antigo quanto no Novo Testamento (cf. Nm 12.6; Hb 1.1). O que significa "cessaram"? É aqui que o debate esquentava. Uma leitura rápida pode sugerir que toda e qualquer forma de revelação divina acabou. Mas essa visão não considera o contexto

histórico e teológico da Confissão. Milne oferece uma interpretação mais precisa ele mostra a preocupação dos teólogos era com a cessação da revelação imediata e normativa, não com a negação de todas as formas que Deus fala ao seu povo. "The divines were concerned with the cessation of immediate, normative revelation, not with denying all forms of divine communication" (MILNE, 2007, p. 318). Em outras palavras: O que realmente parou foi a revelação que tinha autoridade para entrar no cânone (a Bíblia). Isso não significa, necessariamente, que experiências espirituais ou a direção de Deus na vida das pessoas deixaram de existir. Fazer essa distinção é fundamental para não cometermos anacronismos, ou seja, para não julgarmos o texto com ideias que só surgiram muito tempo depois.

### 3.4 EXEGESE DE HEBREUS 1.1-2

O trecho de Hebreus 1.1-2 é frequentemente usado para sustentar a ideia de que certas manifestações divinas cessaram. O texto diz: "Antigamente, Deus falou muitas vezes e de várias formas aos nossos antepassados por meio dos profetas, mas nestes últimos tempos, ele nos falou por meio de Seu Filho". Análise exegética: "Muitas vezes e de muitas maneiras" (πολυμερῶς καὶ πολυτρόπως) aponta para a variedade de jeitos que Deus se comunicava no passado, como sonhos, visões e aparições. A frase "nestes últimos tempos, ele nos falou por meio de Seu Filho" mostra que a revelação de Deus atingiu seu ponto alto em Jesus. A interpretação mais comum entre os cessacionistas é que, como a revelação chegou ao seu auge em Cristo, não precisaríamos de mais revelações hoje. Contudo, o texto não diz claramente que toda e qualquer forma de revelação terminaria, apenas que Cristo é a revelação definitiva e superior. Por isso, é preciso ter cuidado ao interpretar: o texto indica a totalidade da revelação em Cristo, não necessariamente o fim absoluto de todas as formas de comunicação divina.

### 3.5 ANÁLISE DE EFÉSIOS 1.17-18

Outro ponto a considerar está em Efésios 1.17-18: "Oro para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo [...] lhes dê um espírito de sabedoria e de revelação no pleno conhecimento dele". À primeira vista, isso poderia fazer parecer que a revelação continua. Mas o contexto mostra que a "revelação" mencionada aqui não se trata de novas doutrinas, e sim de uma iluminação espiritual. No idioma original, grego, ἀποκάλυψις (apokalypsis); significa desvelar ou revelar algo, mas aqui é usado para se referir à compreensão mais profunda da verdade que já foi revelada. Ou seja, não é uma nova regra ou ensino, mas a capacidade de entender melhor o que já está disponível. Essa diferença é crucial na teologia reformada.

### 3.6 JOEL 2.28-32 E ATOS 2.17

A continuidade dos dons; Joel, o profeta, disse: "Derramarei o meu Espírito sobre todas as pessoas [...] os seus filhos e as suas filhas profetizarão". Pedro, no livro de Atos, capítulo 2, confirma que essa previsão se realizou no dia de Pentecostes. Isso nos leva a um questionamento crucial, se a profecia ainda continua, como podemos entender sua cessação? Duas visões principais emergem desse debate. A primeira, a Cessacionista, defende que o cumprimento total dos dons ocorreu na era apostólica, e que os dons extraordinários tinham uma função fundacional específica (Efésios 2:20). A segunda, a Continuista, argumenta que o derramamento do Espírito Santo prossegue na igreja hoje e que, portanto, os dons não cessaram completamente. Milne sugere que a Confissão de Fé não soluciona essa questão de forma absoluta, mas estabelece um ponto específico e um limite claro, não no que Deus pode falar mais sim se a sua fala possui uma autoridade que nos vincule "The issue is not whether God can still speak, but whether such speech carries binding authority" (MILNE, 2007).

### 3.7 SÍNTESE TEOLÓGICA DA SEÇÃO

A análise da CFW 1.1 permite algumas conclusões importantes: A revelação especial é necessária para a salvação; Essa revelação foi registrada nas Escrituras; A Escritura é suficiente como autoridade final; Os modos antigos de revelação cessaram em seu caráter normativo; A Confissão visa proteger a autoridade bíblica, não negar a ação do Espírito.

## 4 REVELAÇÃO IMEDIATA E REVELAÇÃO MEDIATA NO PENSAMENTO PURITANO

### 4.1 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS

Para entender a cláusula cessacionista da Confissão de Fé de Westminster, é preciso diferenciar dois conceitos importantes na teologia puritana: a revelação imediata e a revelação mediata. Revelação Imediata: É a comunicação direta de Deus com uma pessoa, sem a ajuda de meios externos, como a Bíblia. Pode ser incluso, a voz audível de Deus, sonhos e visões com mensagens divinas, inspiração profética direta e também comunicação de Deus com autoridade para estabelecer regras. Esse tipo de revelação é comum na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento (por exemplo, Números 12.6; 1 Samuel 3; Daniel 7) e na época dos apóstolos (Atos 10; Apocalipse 1).

### 4.2 REVELAÇÃO MEDIATA

A revelação mediata, por outro lado, é aquela que ocorre por meio de instrumentos estabelecidos por Deus, sendo o principal deles as Escrituras. Essa distinção não surge de forma abstrata, mas reflete o posicionamento de teólogos puritanos como Samuel Rutherford, que se opôs vigorosamente às alegações de revelações independentes da Escritura, enfatizando que qualquer suposta comunicação divina deveria ser julgada à luz do testemunho bíblico. Isso inclui a leitura e a

pregação da Palavra, a iluminação do Espírito Santo e a providência divina interpretada à luz da Bíblia. Assim, a revelação mediata não adiciona um novo conteúdo doutrinário, mas sim comunica, aplica e ilumina aquilo que já foi revelado. Como os argumentos de Milne sobre a tradição reformada sempre diferenciou entre a revelação imediata, que transmite novas verdades divinas, e a revelação mediata, que aplica a verdade já revelada. “The Reformed tradition consistently distinguished between immediate revelation, which conveys new divine truth, and mediate revelation, which applies already revealed truth” (MILNE, 2007, p. 318). No contexto do século XVII, surgiram grupos que alegavam receber revelações diretas com autoridade divina, muitas vezes colocando essas experiências no mesmo nível das Escrituras. Isso representava uma ameaça direta ao princípio da sola Scriptura. Por essa razão, os teólogos puritanos estabeleceram uma linha clara entre a revelações imediatas com autoridade normativa (cessaram), e aplicação e iluminação da Escritura (continuam). Milne resume que os teólogos queriam proteger o propósito original da Bíblia contra novas reivindicações de revelações divinas que pudessem enfraquecer sua autoridade estabelecida. “The divines sought to safeguard the finality of Scripture against claims of continuing revelation that would undermine its authority” (MILNE, 2007, p. 318).

#### 4.3 O USO PURITANO DE EXPERIÊNCIAS ESPIRITUAIS

É importante destacar que os puritanos não eram racionalistas frios, como às vezes são retratados. Eles reconheciam a atuação subjetiva do Espírito Santo na vida do crente. Eles tinham convicção profunda de pecado, direção providencial, impressões espirituais, consolação interior do Espírito e iluminação da Palavra. No entanto, essas experiências nunca eram consideradas revelação no sentido normativo. John Owen, um dos principais teólogos puritanos, eles afirmam o papel do Espírito de Deus é iluminar a compreensão das verdades bíblicas existentes, não introduzir novas doutrinas ou revelações fora das Escrituras. “The Spirit of God does not reveal new truths, but enables us to understand the truth already revealed” (OWEN, 1965, v.4, p.224).. Isso mostra que o Espírito continua ativo, Mas sua atuação está subordinada à Palavra escrita.

#### 4.4 SONHOS, VISÕES E PROVIDÊNCIA

A perspectiva sobre experiências espirituais extraordinárias Puritana tinha uma visão muito particular e, muitas vezes, negligenciada sobre experiências espirituais fora do comum. Embora a maioria não descartasse completamente a possibilidade de eventos como sonhos ou impressões pessoais, eles estabeleciam critérios rigorosos para validá-los.

Subordinação total à Escritura: Nenhuma experiência, por mais real que parecesse, poderia contradizer a Bíblia. A Palavra de Deus era a autoridade final. Ausência de autoridade doutrinária: Mesmo que uma experiência fosse considerada legítima, ela não tinha o poder de estabelecer novas

doutrinas ou regras para toda a igreja. Caráter estritamente pessoal: Essas vivências eram vistas como direcionamentos individuais e não como uma revelação universal para todos os crentes.

Essa abordagem se alinha bem ao que Milne descreve como "meios não convencionais de contato com o sagrado" (MILNE, 2007). Ou seja, formas de interação espiritual que não seguem as normas ou tradições canônicas. Em outras palavras, Deus pode, sim, nos guiar providencialmente através desses meios, mas isso não significa que Ele esteja revelando novas verdades doutrinárias para a igreja.

#### 4.5 A DIFERENÇA ENTRE ILUMINAÇÃO E REVELAÇÃO

A revelação é a comunicação de uma nova verdade divina, que estabelece autoridade normativa e serve como base para a doutrina. Por outro lado, a iluminação é a compreensão da verdade que já foi revelada, por meio da ação interna do Espírito, sem adicionar qualquer conteúdo novo. Fazer essa distinção é fundamental para interpretar textos como Efésios 1:17, onde Paulo fala de um "espírito de sabedoria e revelação". Na teologia reformada, a leitura correta desse texto é entendê-lo como iluminação, e não como uma revelação no sentido canônico (oficial e fechado da Escritura).

#### 4.6 A POSIÇÃO PURITANA COMO “CESSACIONISMO QUALIFICADO”

Com base na análise, podemos afirmar que a visão puritana não é um cessacionismo simplista ou total. Em vez disso, ela pode ser mais bem caracterizada como um cessacionismo qualificado. Isso significa que a revelação imediata com autoridade normativa deixou de ocorrer, mas a atuação do Espírito Santo na aplicação da Palavra continua. Essa posição aceita a providência e a direção divinas, ao mesmo tempo que rejeita quaisquer novas doutrinas reveladas. Essa interpretação está alinhada com a análise de Milne, que afirma que o principal objetivo dessa postura é proteger e afirmar a autoridade total das Escrituras Sagradas. “The Westminster Confession reflects a nuanced cessationism, aimed at protecting scriptural authority rather than denying divine activity” (MILNE, 2007, p. 320).

#### 4.7 SÍNTESE DA SEÇÃO

A separação entre a revelação imediata e a mediata ajuda a resolver muitas das dificuldades de interpretação da Confissão de Fé de Westminster (CFW) 1.1. Em resumo, podemos entender assim: a revelação imediata (aquela que estabelece normas) já não ocorre mais. No entanto, a revelação mediata (aquela encontrada nas Escrituras) continua. O Espírito Santo segue agindo na igreja, e experiências espirituais ainda são possíveis, mas elas não devem ser consideradas normativas. A autoridade final e exclusiva permanece sendo a Bíblia.

## 5 PROFECIA, DONS ESPIRITUAIS E CESSAÇÃO

### 5.1 A NATUREZA DOS DONS ESPIRITUAIS

Os dons espirituais são apresentados no Novo Testamento como expressões da atuação do Espírito Santo na vida da Igreja. Mais do que manifestações isoladas, eles integram a dinâmica comunitária e cumprem funções específicas dentro da edificação do corpo de Cristo. Como observa Anthony A. Hoekema (1989), tais dons devem ser compreendidos dentro da economia da redenção, e não como fenômenos desconectados da história da salvação. Sua compreensão exige, portanto, atenção ao contexto histórico em que emergem - especialmente o período apostólico.

### 5.2 O PAPEL DA PROFECIA NO NOVO TESTAMENTO

A profecia ocupa posição central entre os dons espirituais no Novo Testamento, sendo tratada não apenas como manifestação carismática, mas como instrumento funcional na edificação da Igreja. O apóstolo Paulo a define em termos práticos: edificação, exortação e consolação (1Co 14:3). Isso indica que sua função principal não era estabelecer nova doutrina, mas fortalecer a comunidade cristã em sua caminhada. Entretanto, o Novo Testamento também apresenta elementos que sugerem uma distinção interna na própria prática profética. Em 1 Coríntios 14:29, por exemplo, Paulo orienta que as profecias sejam julgadas, o que implica que nem toda manifestação possuía caráter absoluto ou incontestável. Esse ponto é explorado por D. A. Carson, ao afirmar que o teste das profecias indica uma função não equivalente à revelação canônica (CARSON, 1987). Essa observação abre espaço para uma compreensão mais nuançada da profecia neotestamentária. Por outro lado, autores como Wayne Grudem defendem que a profecia no Novo Testamento possui natureza distinta da revelação bíblica, sendo passível de erro em sua forma, embora derivada de uma impressão divina (GRUDEM, 2000). Essa proposta, contudo, levanta uma tensão teológica relevante: se a profecia procede de Deus, em que medida pode admitir falibilidade sem comprometer a natureza da verdade divina? Essa questão permanece no centro do debate contemporâneo.

### 5.3 A FUNÇÃO FUNDACIONAL DOS DONS

Efésios 2:20 desempenha papel fundamental na compreensão da natureza dos dons espirituais, ao afirmar que a Igreja está edificada sobre o fundamento dos apóstolos e profetas. Essa linguagem sugere um caráter estrutural, vinculado ao estabelecimento inicial da comunidade cristã. Nesse sentido, os dons revelacionais podem ser compreendidos como parte integrante desse momento fundacional. B. B. Warfield argumenta que manifestações extraordinárias estão historicamente associadas a períodos específicos da revelação divina (WARFIELD, 1918).

#### 5.4 A INTERPRETAÇÃO PURITANA DA PROFECIA

Os teólogos puritanos demonstram uma abordagem cuidadosa ao tratar da profecia. Embora não neguem a possibilidade de experiências espirituais, estabelecem distinções rigorosas quanto à sua autoridade. A revelação apostólica é compreendida como única e irrepetível. Já manifestações posteriores são interpretadas como experiências subordinadas à Escritura, jamais como fonte autônoma de doutrina. Essa leitura é reforçada pela análise de Garnet Howard Milne, que demonstra que a Confissão rejeita a continuidade da revelação normativa, não a atuação divina em si (MILNE, 2007, p. 318). De maneira semelhante, George Gillespie argumenta que a autoridade da revelação divina não pode ser dissociada do seu caráter normativo, o que reforça a compreensão de que manifestações espirituais posteriores não devem ser elevadas ao mesmo nível da revelação apostólica (GILLESPIE, 1985).

#### 5.5 A DISTINÇÃO ENTRE REVELAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Aqui está um dos pontos mais decisivos da teologia reformada. A revelação diz respeito ao conteúdo da fé aquilo que Deus deu à Igreja de forma definitiva. A iluminação, por outro lado, refere-se à ação do Espírito na compreensão e aplicação dessa verdade. João Calvino já afirmava que “The Spirit does not introduce new doctrines but confirms the truth of the gospel in the believer's heart” (CALVIN, 1960). Essa distinção preserva tanto a suficiência da Escritura quanto a realidade da experiência espiritual.

#### 5.6 A RELAÇÃO EXEGÉTICA COM 1 CORÍNTIOS 13.8-10

A interpretação de 1 Coríntios 13.8-10 permanece um dos principais pontos de divergência. Alguns entendem que “o perfeito” se refere ao encerramento do período apostólico. Outros, à consumação escatológica. Essa diferença de leitura não é meramente técnica ela reflete pressupostos teológicos distintos. Gordon D. Fee defende a leitura escatológica do texto (FEE, 1987), sustentando a continuidade dos dons até a parousia.

#### 5.7 OS PILARES DA BASE TEOLÓGICA DA CESSAÇÃO

A formulação cessacionista clássica não surge isoladamente, mas se estrutura a partir de princípios teológicos consistentes. Entre eles, destacam-se a suficiência das Escrituras, a finalidade da revelação apostólica e o caráter fundacional dos dons espirituais. Herman Bavinck observa que a revelação especial encontra sua completude em Cristo e nas Escrituras (BAVINCK, 2003).

## 5.8 SÍNTESE DA SEÇÃO

A análise apresentada indica que os dons de natureza revelacional estavam fortemente associados ao período fundacional da Igreja. Isso não implica a negação da experiência espiritual, mas a delimitação de sua autoridade. A tradição reformada, desta forma, busca preservar um equilíbrio: afirmar a continuidade da atuação divina, sem permitir que experiências subjetivas assumam papel normativo na vida da Igreja (MILNE, 2007)

## 6 IMPLICAÇÕES PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE REVELAÇÃO

### 6.1 O CESSACIONISMO CLÁSSICO CONTEMPORÂNEO

Nesse sentido, surge um questionamento central: até que ponto o cessacionismo contemporâneo permanece fiel à intenção original da Confissão de Fé de Westminster? Conforme observa Garnet Howard Milne, diversas formulações modernas tendem a extrapolar o escopo confessional, adotando uma compreensão mais restritiva da atuação divina do que aquela originalmente pretendida (MILNE, 2007, p. 318-319)

### 6.2 O CONTINUÍSMO REFORMADO

Paralelamente ao cessacionismo clássico contemporâneo, desenvolve-se uma vertente teológica alternativa frequentemente denominado continuísmo reformado, representada por autores como Wayne Grudem e John Piper. Essa corrente sustenta a continuidade dos dons espirituais na vida da Igreja, ao mesmo tempo em que procura preservar a suficiência e a autoridade normativa das Escrituras.

O ponto central dessa proposta reside na redefinição da natureza da profecia no contexto neotestamentário. Para esses teólogos, a profecia contemporânea não deve ser equiparada à revelação bíblica canônica, mas compreendida como uma forma de comunicação espiritual subordinada, passível de erro e destinada primordialmente à edificação da comunidade cristã. Conforme argumenta Grudem: “New Testament prophecy is not equal to Scripture in authority and can include elements that are not entirely correct” (GRUDEM, 1994, p. 14). Essa distinção permite sustentar que a profecia atual não acrescenta conteúdo doutrinário ao depósito da fé, mas atua no âmbito pastoral e comunitário, promovendo exortação, encorajamento e consolação (cf. 1Co 14:3). Dessa forma, busca-se evitar qualquer concorrência com a autoridade das Escrituras, mantendo estas como norma final e inegociável. Por sua vez, Piper enfatiza a dimensão experiencial e dinâmica da atuação do Espírito Santo, sem, contudo, relativizar a centralidade bíblica: “We should earnestly desire spiritual gifts, especially that we may prophesy, while remaining wholly submissive to Scripture” (PIPER, 1996, p. 187). Todavia, essa proposta levanta questionamentos relevantes no campo da coerência teológica. A admissão de uma forma de profecia falível suscita tensões quanto à natureza da revelação divina e sua

relação com a verdade. Consequentemente, D. A. Carson observa: “If prophecy is genuinely from God, the problem arises as to how it can be fallible” (CARSON, 1987, p. 96). Apesar dessas tensões, os proponentes do continuísmo reformado defendem que tal modelo representa uma via mediadora entre dois extremos: de um lado, o cessacionismo estrito, que restringe significativamente a atuação contemporânea do Espírito; de outro, formas mais radicais de continuísmo, que tendem a atribuir autoridade excessiva a experiências subjetivas.

### 6.3 O PONTO CENTRAL DO DEBATE: A QUESTÃO DA AUTORIDADE

#### 6.3.1 Autoridade normativa vs autoridade derivada

O ponto nevrálgico do debate entre cessacionismo e continuísmo não reside primariamente na possibilidade da comunicação divina, mas na natureza da autoridade atribuída a essa comunicação. A tradição reformada historicamente distingue entre autoridade normativa própria da revelação canônica e formas derivadas ou subordinadas de orientação espiritual. A autoridade normativa é exclusiva das Escrituras, sendo definitiva, infalível e universalmente vinculante para a fé e prática da

Igreja. Conforme destaca Herman Bavinck: “Scripture alone is the principium externum of theology” (BAVINCK, 2003, v.1, p. 212). Por outro lado, experiências espirituais, impressões internas ou direções providenciais, ainda que legítimas, possuem caráter derivado, sendo sempre condicionadas e subordinadas à revelação já estabelecida. Essa distinção permite afirmar a continuidade da ação divina sem comprometer a suficiência da Escritura.

#### 6.3.2 O Problema da revelação falível

Um dos pontos mais controversos do continuísmo reformado é a proposta de uma forma de “profecia falível”. Essa ideia, defendida por Wayne Grudem, sugere que a profecia contemporânea pode conter elementos humanos misturados à comunicação divina. “New Testament prophecy may contain elements that are not entirely correct” (GRUDEM, 1994, p. 14). Todavia, essa posição levanta um problema teológico significativo: como uma revelação proveniente de Deus pode ser falível sem comprometer a natureza da verdade divina? Conforme a tradição reformada clássica, a revelação divina é compreendida como inerentemente verdadeira, o que torna problemática qualquer concepção de revelação falível. Deste modo, a noção de revelação falível tende a tensionar a coerência entre a origem divina da mensagem e sua possível imperfeição, gerando um desafio epistemológico relevante.

#### 6.3.3 Critérios bíblicos de validação

Diante dessa tensão, torna-se necessário estabelecer critérios claros para o discernimento das experiências espirituais. A própria Escritura fornece diretrizes nesse sentido, como em 1 Tessalonicenses 5:21 (“examinai tudo, retende o bem”) e 1 João 4:1 (“provai os espíritos”). John Owen

ênfatisa a necessidade de subordinação absoluta   Escritura: “All private revelations are to be examined by the rule of the Word” (OWEN, 1965, v.4, p. 224). Assim, qualquer alega o de comunica o divina deve ser coerente com a Escritura, não contraditória ao depósito da f e e submetida ao discernimento comunitário. Esses critérios visam evitar tanto o subjetivismo descontrolado quanto o ceticismo excessivo.

#### 6.3.4 implica es eclesiológicas

A forma como a Igreja responde   questão da autoridade tem implica es diretas em sua estrutura e prática. Um modelo que admite revela es contempor neas com peso elevado pode abrir espaço para formas de autoridade carismática não regulada, potencialmente conduzindo a abusos espirituais. Por outro lado, uma postura excessivamente restritiva pode resultar em uma redu o da experiência espiritual   dimensão meramente intelectual, esvaziando a vivência dinâmica da f e. D. A. Carson alerta para esse equilíbrio: “We must avoid both naive credulity and functional deism” (CARSON, 1987, p. 97). Dessa forma, a Igreja   chamada a manter um equilíbrio entre fidelidade doutrinária, sensibilidade espiritual e discernimento teológico.

#### 6.3.5 Síntese do problema da autoridade

Em última análise, o debate não se resolve na pergunta “Deus ainda fala?”, mas sim em “como essa fala se relaciona com a autoridade final das Escrituras”. Garnet Howard Milne sintetiza essa questão ao demonstrar que a Confissão de Westminster rejeita não toda comunica o divina, mas especificamente aquela que reivindica autoridade normativa: “The issue is not communication itself, but its claim to canonical authority” (MILNE, 2007, p. 318-320). Assim, o verdadeiro ponto de tensão entre cessacionismo e continu simo reside na delimita o da autoridade: se exclusiva das Escrituras ou, de alguma forma, compartilhada com experiências contempor neas

### 6.4 A CONTRIBUI O DE MILNE PARA O DEBATE

#### 6.4.1 Contextualiza o da proposta de Garnet Howard Milne

No cenário contemporâneo do debate entre cessacionismo e continu simo, a contribui o de Milne se destaca por sua abordagem histórico-teológica rigorosa, especialmente no que concerne   interpreta o da Confissão de F e de Westminster. Diferentemente de abordagens sistemáticas que partem de constru es dogmáticas posteriores, Milne busca recuperar o intento original dos teol gos de Westminster, situando-o em seu contexto histórico e teológico específico. Seu trabalho se insere como uma crítica direta tanto às leituras cessacionistas modernas excessivamente restritivas quanto às interpreta es continu stas que, por vezes, ignoram a preocupa o confessional com a suficiência das

Escrituras. Assim, sua proposta não é inovar no conteúdo doutrinário, mas recalibrar a interpretação histórica da tradição reformada.

#### **6.4.2 A Distinção fundamental: revelação canônica vs comunicação divina**

O eixo central da contribuição de Milne reside na distinção entre revelação com autoridade canônica e formas gerais de comunicação divina. Segundo sua análise, a Confissão não nega que Deus continue a agir, guiar ou até comunicar-se de maneira providencial com seu povo; o que ela rejeita é qualquer forma de revelação que reivindique status normativo, público e vinculante para a Igreja. Milne afirma: “The cessation envisaged by the Confession concerns revelatory acts bearing canonical authority” (MILNE, 2007, p. 318). Essa afirmação é decisiva, pois desloca o debate do campo da possibilidade da comunicação divina para o campo da autoridade dessa comunicação. Dessa forma, o problema não é se Deus fala, mas como essa fala se relaciona com o cânon fechado das Escrituras.

#### **6.4.3 A Crítica ao anacronismo teológico**

Um dos aspectos mais relevantes da análise de Milne é sua crítica ao anacronismo presente em grande parte do debate contemporâneo.

Muitos intérpretes projetam categorias modernas como “cessação total de dons” ou “ausência de qualquer comunicação divina” sobre um documento do século XVII, cuja preocupação central era distinta. Milne demonstra que os teólogos de Westminster estavam primariamente preocupados em proteger a Igreja contra reivindicações de revelação concorrente, especialmente no contexto de movimentos entusiastas e reivindicações de inspiração imediata. Assim, sua análise evidencia que o foco da Confissão não era restringir a ação de Deus, mas impedir a erosão da autoridade das Escrituras. Como ele observa: “The Confession’s concern is not to deny divine activity, but to exclude any claim to new authoritative revelation” (MILNE, 2007, p. 319).

#### **6.4.4 A mediação teológica proposta por Milne**

A partir dessas distinções, Milne propõe uma espécie de mediação teológica entre extremos contemporâneos. De um lado, ele rejeita o cessacionismo moderno que reduz a atuação do Espírito Santo à mera iluminação interna; de outro, ele também se distancia de formas de contínuismo que atribuem autoridade excessiva a experiências subjetivas. Sua proposta pode ser compreendida como uma recuperação de um modelo reformado mais equilibrado, no qual a revelação normativa está encerrada nas Escrituras, a ação providencial de Deus permanece ativa e a experiência espiritual é legítima, mas não normativa. Essa posição permite afirmar simultaneamente a suficiência das Escrituras e a vitalidade da vida espiritual, sem que uma comprometa a outra.

#### 6.4.5 Implicações para o debate contemporâneo

A leitura proposta por Milne possui implicações significativas para o debate atual. Em primeiro lugar, ela desafia o cessacionismo contemporâneo a reavaliar suas pressuposições, especialmente quando estas resultam em uma visão excessivamente restritiva da ação divina. Em segundo lugar, oferece ao continuísmo reformado um limite teológico claro: qualquer experiência ou comunicação espiritual deve permanecer estritamente subordinada à autoridade das Escrituras, sem jamais reivindicar caráter normativo. Além disso, sua contribuição reforça uma distinção crucial para a teologia contemporânea: revelação (normativa, canônica e irrepetível) e iluminação/providência (aplicativa, experiencial e subordinada). Essa distinção permite que a Igreja evite tanto o subjetivismo descontrolado quanto o racionalismo reducionista.

#### 6.4.6 Síntese crítica da contribuição de Milne

Em última análise, a contribuição de Milne pode ser compreendida como uma reorientação hermenêutica do debate, deslocando o foco da discussão da existência dos dons para a questão mais fundamental da autoridade teológica. Sua leitura demonstra que a tradição reformada clássica não exige uma negação absoluta da experiência espiritual, mas sim uma rigorosa delimitação de sua autoridade. Dessa forma, a Confissão de Fé de Westminster emerge não como um instrumento de restrição da ação divina, mas como um guardião da centralidade das Escrituras. Assim, Milne oferece ao debate contemporâneo uma via interpretativa que permite à Igreja ser simultaneamente teologicamente segura, ao manter a suficiência das Escrituras, e espiritualmente viva, ao reconhecer a continuidade da ação de Deus. Trata-se, portanto, de uma contribuição que não apenas esclarece o passado, mas também orienta de forma decisiva o presente e o futuro da teologia reformada.

### 6.5 AVALIAÇÃO CRÍTICA

#### 6.5.1 A necessidade de uma avaliação teológica equilibrada

A análise das correntes cessacionista e continuísta no contexto contemporâneo evidencia a necessidade de uma avaliação teológica que seja simultaneamente fiel ao rigor documental da tradição reformada e sensível às implicações práticas para a vida da Igreja. O debate, quando polarizado, tende a produzir reducionismos: de um lado, uma restrição excessiva da atuação do Espírito; de outro, uma ampliação indevida da autoridade de experiências subjetivas. Nesse contexto, a tradição reformada clássica especialmente conforme interpretada por Garnet Howard Milne oferece um modelo de equilíbrio que evita tais extremos. Como observa o autor: “The Confession’s intention is to safeguard the finality of Scripture, not to deny divine activity” (MILNE, 2007, p. 319).

### 6.5.2 O cessacionismo qualificado da tradição reformada

Uma leitura historicamente informada da Confissão de Fé de Westminster indica que o cessacionismo ali pressuposto deve ser compreendido em termos qualificados, e não como uma negação absoluta de toda forma de atuação divina extraordinária. A Confissão afirma, de modo claro, a cessação dos meios revelacionais normativos - especialmente aqueles vinculados ao período apostólico e à fundação da Igreja -, ao mesmo tempo em que não exclui a continuidade da ação providencial de Deus nem a operação interna do Espírito Santo na vida dos crentes.

Essa distinção reflete um aspecto fundamental da teologia reformada clássica: a diferenciação entre o encerramento da revelação canônica e a permanência da aplicação dessa revelação na experiência cristã. Assim, Herman Bavinck afirma: “Special revelation has been completed, but its content continues to be applied by the Holy Spirit in the church” (BAVINCK, 2003, v.1, p. 403). De forma complementar, Louis Berkhof sustenta que a revelação especial, em seu caráter normativo, encontra-se concluída, não sendo mais esperada em sua forma original: “Special revelation... is complete and final in Scripture” (BERKHOF, 1996, p. 154). Dessa forma, o cessacionismo confessional não deve ser interpretado como uma restrição da soberania divina, mas como uma delimitação teológica da forma pela qual Deus se revela com autoridade normativa. A continuidade da atuação do Espírito Santo permanece afirmada, porém compreendida no âmbito da iluminação, da santificação e da aplicação da Palavra, e não como extensão da revelação canônica. Assim, o cessacionismo qualificado da tradição reformada preserva simultaneamente dois princípios essenciais: a finalidade da revelação bíblica e a continuidade da ação de Deus na vida da Igreja, evitando tanto a negação da experiência espiritual quanto a abertura para novas fontes de autoridade doutrinária.

### 6.5.3 Limites e tensões do cessacionismo contemporâneo

O cessacionismo moderno, em algumas de suas expressões, tende a extrapolar os limites da tradição reformada clássica ao restringir a atuação do Espírito quase exclusivamente à iluminação interna das Escrituras. Tal abordagem, embora motivada pela legítima preocupação com a suficiência bíblica, pode resultar em uma redução funcional da doutrina da providência e da experiência cristã. D. A. Carson alerta para o risco de uma postura excessivamente restritiva: “One danger is to so emphasize Scripture that we functionally deny the immediacy of the Spirit’s work” (CARSON, 1987, p. 163). Dessa forma, surge a necessidade de distinguir entre a rejeição de revelação normativa e a negação da atuação dinâmica de Deus na vida do crente.

### 6.5.4 Limites e tensões do continuísmo reformado

Por outro lado, o continuísmo reformado, ao admitir a possibilidade de formas contemporâneas de profecia, enfrenta o desafio de preservar a coerência entre a natureza da revelação divina e a

possibilidade de erro humano. Wayne Grudem propõe uma distinção entre profecia canônica e não canônica: “New Testament prophecy... may contain elements that are not entirely correct” (GRUDEM, 1994, p. 14). Todavia, essa formulação levanta uma questão teológica fundamental: como uma comunicação proveniente de Deus pode ser falível sem comprometer sua veracidade? Essa tensão revela um dos principais desafios internos do continuísmo reformado, especialmente quando confrontado com a tradição clássica que entende a revelação divina como inerentemente verdadeira.

### **6.5.5 A centralidade da distinção entre revelação e iluminação**

Diante dessas tensões, a distinção entre revelação e iluminação emerge como o eixo hermenêutico central para a avaliação do debate. Revelação refere-se à comunicação divina com autoridade normativa, culminando nas Escrituras; iluminação, por sua vez, diz respeito à aplicação e compreensão dessa revelação pelo Espírito Santo na vida do crente. Essa distinção é amplamente reconhecida na tradição reformada. João Calvino afirma: “The Spirit does not reveal new doctrines, but seals the truth of the gospel in our hearts” (CALVIN, 1960, v.1, p. 80). Assim, qualquer modelo teológico que confunda essas categorias corre o risco de comprometer a suficiência da Escritura ou de esvaziar a experiência espiritual.

### **6.5.6 Critérios para uma síntese teológica coerente**

A partir da análise apresentada, torna-se possível delinear alguns critérios para uma síntese teológica equilibrada: Primazia absoluta das Escrituras como norma final de fé e prática; Reconhecimento da atuação contínua do Espírito, especialmente na aplicação da Palavra; Subordinação de toda experiência espiritual ao crivo bíblico; Rejeição de qualquer forma de revelação normativa pós-canônica. Esses princípios permitem preservar a integridade da teologia reformada sem reduzir a vitalidade da experiência cristã.

### **6.5.7 Síntese crítica**

Em última análise, o debate contemporâneo revela menos uma divergência sobre a possibilidade da ação divina e mais uma tensão acerca da autoridade dessa ação. A tradição reformada clássica, especialmente conforme reinterpretada por Milne, oferece uma via que mantém a suficiência das Escrituras sem negar a realidade da experiência espiritual. Dessa forma, uma avaliação crítica equilibrada deve evitar tanto o cessacionismo reducionista, que restringe indevidamente a atuação divina, quanto o continuísmo ampliado, que pode comprometer a autoridade das Escrituras. O desafio teológico, portanto, consiste em sustentar uma posição que seja, ao mesmo tempo, doutrinariamente segura e espiritualmente viva.

## 6.6 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA A IGREJA HOJE

A discussão acerca da cessação ou continuidade dos dons espirituais transcende o campo teórico, projetando efeitos diretos sobre a vida, a prática e a estrutura da Igreja contemporânea. Trata-se de um debate que influencia não apenas a teologia sistemática, mas também a espiritualidade, a autoridade pastoral e os mecanismos de discernimento comunitário.

Em primeiro lugar, torna-se imprescindível reafirmar a centralidade normativa das Escrituras. Independentemente da posição adotada, a tradição reformada sustenta que a Bíblia permanece como critério final e inegociável para a validação de qualquer experiência espiritual. Nesse sentido, a autoridade das Escrituras não pode ser relativizada por impressões subjetivas ou alegações de revelação contemporânea. Como observa como se observa, a Escritura funciona como a norma reguladora da fé e da prática cristã, estabelecendo os limites dentro dos quais toda experiência deve ser interpretada. Ao mesmo tempo, a aplicação dessa centralidade não deve conduzir a uma redução da vida cristã a um mero intelectualismo. A tradição reformada, quando corretamente compreendida, não sustenta um Espírito inativo, mas reconhece sua atuação contínua na regeneração, santificação e direção providencial da Igreja. Aqui, o risco não está apenas no excesso, mas também na deficiência: uma teologia que, ao proteger a suficiência bíblica, termina por enfraquecer a experiência espiritual viva. Essa tensão é bem percebida por D. A. Carson, que adverte contra extremos opostos - tanto a credulidade acrítica quanto um tipo de racionalismo funcional que, na prática, marginaliza a atuação do Espírito (CARSON, 1987, p. 97). A Igreja, portanto, é chamada a manter um equilíbrio que preserve simultaneamente a integridade doutrinária e a sensibilidade espiritual. Outro ponto crucial diz respeito ao discernimento das experiências espirituais. Em contextos em que se admite a possibilidade de manifestações contemporâneas, torna-se indispensável o desenvolvimento de critérios claros de avaliação. Tais critérios não podem ser meramente subjetivos, mas devem estar enraizados na Escritura e na tradição teológica da Igreja. Nesse aspecto, a advertência puritana permanece extremamente atual: experiências espirituais, por mais intensas que sejam, não possuem autoridade em si mesmas. John Owen enfatiza que toda forma de revelação privada deve ser cuidadosamente examinada à luz da Palavra, não podendo jamais ser elevada ao nível de norma doutrinária (OWEN, 1965, v.4, p. 224). Essa perspectiva funciona como um importante mecanismo de proteção contra abusos espirituais e autoritarismos religiosos. Por outro lado, uma postura excessivamente restritiva pode gerar um ambiente eclesial marcado pela desconfiança generalizada em relação à experiência espiritual, o que pode resultar em um enfraquecimento da vida devocional e da expectativa da ação de Deus. A tradição reformada, especialmente em sua vertente puritana, não era estranha à linguagem da experiência, da direção divina e da comunhão íntima com Deus - desde que tais elementos permanecessem subordinados à Escritura.

Por fim, as implicações eclesiológicas desse debate são profundas. A forma como a Igreja compreende a autoridade da revelação impacta diretamente sua estrutura de liderança, sua prática pastoral e sua cultura espiritual. Uma teologia que não estabelece limites claros para a autoridade espiritual corre o risco de abrir espaço para manipulações; por outro lado, uma teologia que elimina qualquer dimensão experiencial pode produzir comunidades formalmente ortodoxas, mas espiritualmente estéreis. Dessa forma, a contribuição da tradição reformada - especialmente à luz da leitura proposta por Garnet Howard Milne - aponta para um caminho de equilíbrio: uma Igreja que permanece firmemente ancorada na suficiência das Escrituras, ao mesmo tempo em que reconhece a continuidade da atuação providencial e iluminadora do Espírito Santo.

## 7 CONCLUSÃO

A análise da cláusula cessacionista da Confissão de Fé de Westminster (CFW 1.1) evidencia que sua interpretação ao longo da história tem sido frequentemente marcada por reduções conceituais e leituras anacrônicas. Longe de constituir uma negação absoluta de toda forma de comunicação divina, o texto confessional revela-se como uma formulação teológica orientada pela necessidade de preservar a autoridade normativa das Escrituras diante de reivindicações concorrentes. O exame do contexto histórico da Assembleia de Westminster demonstrou que os teólogos envolvidos estavam respondendo a desafios concretos, especialmente às alegações de revelações imediatas promovidas por movimentos entusiastas. Nesse cenário, a cláusula cessacionista emerge como uma resposta teológica deliberada, voltada à proteção da integridade doutrinária da Igreja. A distinção puritana entre revelação imediata e revelação mediata mostrou-se essencial para a correta compreensão da Confissão. Enquanto a primeira caracterizada por comunicação direta e normativa é afirmada como cessada, a segunda mediada pelas Escrituras e aplicada pelo Espírito permanece ativa na vida da Igreja. A análise dos dons espirituais permitiu identificar que a posição puritana pode ser mais adequadamente descrita como um cessacionismo qualificado, que reconhece a continuidade da atuação do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que rejeita qualquer forma de revelação com autoridade canônica. No âmbito contemporâneo, verificou-se que tanto o cessacionismo clássico quanto o continuísmo reformado apresentam contribuições relevantes, mas também limitações teológicas significativas. O cessacionismo moderno, em certos casos, reduz excessivamente a atuação divina, enquanto o continuísmo reformado enfrenta dificuldades em sustentar a coerência entre revelação divina e falibilidade. Nesse contexto, a leitura proposta por Garnet Howard Milne revela-se particularmente consistente, ao recuperar o sentido histórico da Confissão e estabelecer uma distinção clara entre comunicação divina e autoridade normativa. Dessa forma, conclui-se que a cláusula cessacionista da Confissão de Westminster deve ser interpretada não como uma limitação da ação divina, mas como uma salvaguarda da centralidade das Escrituras. O verdadeiro eixo do debate não reside na



possibilidade de Deus falar, mas na natureza da autoridade dessa comunicação. Assim, a teologia reformada, quando compreendida em sua integridade histórica, oferece uma via que permite à Igreja contemporânea permanecer simultaneamente fiel à autoridade bíblica e aberta à atuação viva do Espírito Santo, evitando tanto o reducionismo racionalista quanto o subjetivismo descontrolado.

## REFERÊNCIAS

MILNE, Garnet Howard. The Westminster Confession of Faith and the cessation of special revelation. Eugene: Wipf & Stock, 2007.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

BÍBLIA. Almeida Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CALVINO, João. As Institutas da Religião Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

BAVINCK, Herman. Reformed Dogmatics. Grand Rapids: Baker Academic, 2003.

BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

OWEN, John. The Works of John Owen. Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1965.

RUTHERFORD, Samuel. The Divine Right of Church Government. London, 1646.

GILLESPIE, George. Aaron's Rod Blossoming. Edinburgh: Banner of Truth, 1985.

MACARTHUR, John. Strange Fire. Nashville: Thomas Nelson, 2013.

GRUDEM, Wayne. The Gift of Prophecy in the New Testament and Today. Wheaton: Crossway, 2000.

PIPER, John. Desiring God. Sisters: Multnomah, 2003.

CARSON, D. A. Showing the Spirit. Grand Rapids: Baker, 1987.

FEE, Gordon D. God's Empowering Presence. Peabody: Hendrickson, 1994.

HOEKEMA, Anthony A. Saved by Grace. Grand Rapids: Eerdmans, 1989.